

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas
de Sardoal

2014
2015

Área Territorial de Inspeção
do Sul

1 – INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consagrada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do [Agrupamento de Escolas de Sardoal](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre **17 e 20 de novembro de 2014**. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento e todas as escolas básicas e jardins de infância que o integram.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento e o contraditório apresentado no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2014-2015** estão disponíveis na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Sardoal é constituído por todos os estabelecimentos de educação e ensino públicos do concelho. Oferece a educação pré-escolar (jardins de infância de Sardoal e de Presa), o 1.º ciclo do ensino básico (escolas básicas de Sardoal e de Panascos) e os 2.º e 3.º ciclos e o ensino secundário na Escola Básica e Secundária Dr.ª Maria Judite Serrão de Andrade, que é a sua sede.

No presente ano letivo, a população escolar totaliza 553 crianças e alunos: 87 da educação pré-escolar (quatro grupos); 135 do 1.º ciclo (sete turmas); 86 do 2.º ciclo (quatro turmas); 140 do 3.º ciclo (sete turmas, sendo uma delas com percursos curriculares alternativos); 75 dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (três turmas) e 30 dos cursos profissionais de Técnico de Proteção Civil e de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade (uma turma). Existe também em funcionamento uma unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo.

No que respeita aos dados relativos ao contexto sociocultural dos alunos, 10 (2%) são estrangeiros e 228 (49%) não beneficiam de auxílios económicos; possuem computador e ligação à internet, 73% dos alunos do ensino básico e 88% dos do ensino secundário. Em termos de habilitações académicas, detêm formação secundária ou superior, respetivamente, 40% e 29% dos pais e encarregados de educação dos alunos do ensino básico e do ensino secundário. Quanto à sua ocupação profissional, 23% dos do ensino básico e 15% dos do ensino secundário exercem atividades de nível superior e intermédio.

Em termos de recursos humanos, o Agrupamento conta com 61 docentes, dos quais 88,5% pertencem aos quadros, o que evidencia uma elevada estabilidade profissional, e com 33 trabalhadores não docentes, dos quais 80% têm 10 ou mais anos de serviço. Acrescem 10 elementos no âmbito do Programa Contrato Emprego-Inserção.

No ano letivo de 2012-2013, para o qual há referentes disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, os valores das variáveis de contexto do Agrupamento, comparados com os das outras escolas públicas, situam-se, na generalidade, acima ou próximo da mediana no que se refere às habilitações dos pais e das mães, à percentagem de alunos que não beneficiam da Ação Social Escolar e à percentagem de docentes do quadro. Estes dados apontam para variáveis de contexto bastante favoráveis.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

O Agrupamento realiza, desde há vários anos, o tratamento dos resultados académicos dos alunos, por ano, disciplina e ciclo/nível de ensino, fazendo também uma análise detalhada da qualidade do sucesso. No que diz respeito à educação pré-escolar, as educadoras refletem sobre a avaliação das aprendizagens das crianças e do processo educativo, tendo em conta as orientações curriculares, com algumas implicações na sua ação pedagógica.

Os diferentes órgãos e estruturas de orientação educativa e supervisão pedagógica identificam algumas das causas de insucesso e implementam estratégias, constantes nos *planos de melhoria*, elaborados por

departamento curricular ou por disciplina, em consonância com as fragilidades reconhecidas. Para além de preverem o reforço de estratégias em sala de aula ou a oferta de aulas suplementares para as disciplinas sujeitas a avaliação externa, estes planos incluem a disponibilização de salas de estudo. Ainda assim, as ações implementadas não têm sido suficientemente eficazes, tendo em conta os resultados obtidos.

Efetivamente, nos anos letivos de 2010-2011 a 2012-2013, para os quais existem indicadores contextualizados, verifica-se que o Agrupamento, quando comparado com as escolas que têm valores análogos nas variáveis de contexto, apresenta resultados que, na generalidade, se situam aquém dos valores esperados.

No que se refere ao 1.º ciclo, a taxa de conclusão ficou acima do esperado nos três anos letivos, mas o desempenho dos alunos do 4.º ano, nas provas de avaliação externa, posicionou-se aquém ou muito aquém do esperado, tanto em português como em matemática.

Em 2011-2012, a taxa de conclusão do 2.º ciclo situou-se acima do valor esperado, tal como a percentagem de sucesso na prova externa de português, o que já acontecera no ano letivo anterior. No entanto, os restantes resultados posicionaram-se aquém dos valores esperados.

No 3.º ciclo, a taxa de conclusão apresenta oscilações, tendo ficado acima do valor esperado no ano letivo de 2010-2011, aquém no ano letivo seguinte e em linha com aquele valor em 2012-2013, o que, representa alguma melhoria. Contudo, o desempenho dos alunos nas provas de avaliação externa não tem sido satisfatório, já que se posicionou aquém do esperado nos três anos letivos, tanto em português como em matemática.

Quanto ao ensino secundário, acima dos valores esperados registam-se a taxa de conclusão em 2012-2013, a média do exame de português em 2011-2012 e a média do exame de matemática em 2010-2011, ficando os restantes indicadores aquém do esperado.

Considerando que o Agrupamento apresenta variáveis de contexto globalmente favoráveis e que os resultados se situam, genericamente, aquém dos valores esperados, verifica-se que há ainda um trabalho a desenvolver, tendo em vista a melhoria do desempenho dos alunos.

De forma a corresponder às expectativas dos alunos que pretendem seguir uma via profissionalizante, o Agrupamento oferece cursos profissionais. Relativamente aos cursos concluídos no triénio 2011- 2012 a 2013-2014, registou-se uma melhoria das taxas de conclusão, atingindo os 79% no último ano letivo.

Em termos de abandono escolar, no último triénio, a taxa é nula no ensino básico e residual, embora com tendência crescente, nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (0%; 1,7%; 1,8%). No entanto, os cursos profissionais apresentam taxas mais elevadas (1,6%; 16,4%; 5%), sendo, pois, uma área a melhorar.

RESULTADOS SOCIAIS

O projeto educativo dá grande relevância à formação cívica das crianças e dos alunos, assumindo como um dos desígnios do Agrupamento a educação para os valores. O desenvolvimento pessoal e social é trabalhado em todos os níveis de educação e ensino, designadamente através de temáticas transversais abordadas na educação pré-escolar e na oferta complementar, *educação para a cidadania*, no ensino básico, assim como de vários projetos que envolvem crianças e alunos.

Regista-se a diversidade de iniciativas que abordam, entre outras, temáticas de cariz ambiental (comemoração dos dias mundiais da água, da terra, da floresta, projetos Eco-Escolas, Geração Depositário), da vida saudável (Projeto Educação para a Saúde e Sexualidade, Heróis da Fruta), da

cidadania ativa (Parlamento dos Jovens, Comenius, Conectando Mundos) ou do empreendedorismo (EMPRE-Empresários na Escola).

O Desporto Escolar mobiliza um elevado número de alunos, particularmente nas modalidades de futsal, badminton e ténis de mesa. As ações ou projetos de natureza solidária envolvem crianças e alunos, merecendo referência, por exemplo, o *Dia do Pijama*, integrado na Missão Pijama, ou Nariz Vermelho, bem como a recolha de bens alimentares para apoio a famílias carenciadas do concelho ou em colaboração com o Banco Alimentar.

A participação dos alunos na vida escolar e a sua corresponsabilização em atividades e projetos têm sido pouco incrementadas. No presente ano letivo, de forma a promover o papel do delegado de turma, iniciaram-se assembleias de delegados com a direção, tendo em vista a sua auscultação e a apresentação de propostas. A associação de estudantes foi também reativada, e já dinamizou algumas atividades lúdico-culturais.

O ambiente educativo é calmo e propício ao ensino e às aprendizagens, não se registando casos graves de indisciplina. Este facto evidencia-se no decréscimo de participações de ocorrências e de instauração de procedimentos disciplinares, ao longo do triénio, embora surjam, por vezes, algumas situações disruptivas no decurso das atividades letivas. Assim, para prevenir a indisciplina em sala de aula, foi criada a *Sala de Integração*, para onde são encaminhados os alunos que perturbam o normal funcionamento das aulas. A monitorização realizada mostra que a criação deste espaço veio dissuadir comportamentos menos corretos. Os diretores de turma mantêm um contacto muito próximo com os alunos e as famílias, o que tem contribuído para a diminuição de ocorrências disciplinares. No sentido de promover a melhoria dos comportamentos e dos resultados foi, no presente ano letivo, implementado o projeto *A melhor turma do Agrupamento?... É a minha!*

Embora sejam recolhidos dados relativos aos alunos que prosseguem estudos no ensino superior e, informalmente, sobre os que optaram por ingressar no mercado de trabalho, não é desenvolvido nenhum mecanismo que permita conhecer, com rigor, o percurso de todos os alunos após a sua saída do Agrupamento, de modo a determinar o impacto da sua ação e, eventualmente, reorientar a oferta educativa.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

O trabalho realizado pelo Agrupamento é muito valorizado pela comunidade educativa que, nas respostas aos questionários aplicados no âmbito da presente avaliação externa, revela elevados índices de satisfação com o serviço educativo prestado, o que foi reforçado nas entrevistas. A disponibilidade da atual direção e o acompanhamento próximo que docentes e não docentes proporcionam aos alunos são aspetos muito sublinhados.

O Agrupamento é visto como uma organização que apoia os alunos de forma muito sistemática, no sentido de obter os melhores resultados. A parceria com a Câmara Municipal de Sardoal é também muito valorizada, já que os diversos apoios que disponibiliza a crianças e alunos, como, por exemplo, a cedência gratuita e regular de transportes, permitem a participação numa diversidade de atividades, o que contribui para a diminuição das assimetrias socioculturais inerentes às características contextuais da população.

Por outro lado, o Agrupamento adere a diversas iniciativas da autarquia e da comunidade, como seja a realização de projetos para a elaboração de tapetes de flores, no âmbito das comemorações da Semana Santa, tradição muito marcante no concelho. É também de referir que “a recetividade das instituições parceiras às solicitações do Agrupamento” era assinalada como uma oportunidade na anterior avaliação externa, realizada em 2009, e tem sido aproveitada, por exemplo, para assegurar a formação em contexto de trabalho dos cursos profissionais.

Os sucessos das crianças e dos alunos são valorizados através da exposição de trabalhos nos diversos espaços escolares, bem como da atribuição de prémios em vários projetos e concursos em que participam. A instituição dos quadros de Mérito de Excelência, de Mérito Desportivo e de Mérito de Atitudes e Valores, assim como a entrega de diplomas em cerimónia pública, contribui, também, para o reconhecimento do mérito. A realização de diversas iniciativas abertas à comunidade, como seja a comemoração do *Dia do Agrupamento* e do encerramento do ano letivo, contribui, de forma significativa, para a criação de laços afetivos entre todos os intervenientes.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

Apesar de consignada em alguns dos documentos estruturantes da ação educativa, designadamente no plano plurianual de atividades 2014-2017, a análise e a gestão das orientações curriculares/currículo, de forma intencional e estratégica, perspetivando a aquisição e a progressão das aprendizagens no decurso dos níveis de educação e ensino são, ainda, globalmente incipientes.

Este ponto fraco, assinalado já na anterior avaliação externa, continua, assim, por superar. Os próprios docentes justificam, em parte, o insucesso nalgumas disciplinas, nomeadamente em matemática e em português, nos 2.º e 3.º ciclos e no ensino secundário com, entre outros, o argumento de os alunos não possuírem os conhecimentos de base essenciais ao prosseguimento de estudos, evidenciando a necessidade de tornar mais consistente o trabalho a desenvolver em termos de gestão vertical do currículo. É idêntica a situação no 1.º ciclo: é afirmado por alguns docentes que existem alunos no 1.º ano de escolaridade que revelam insuficiências na apropriação de regras básicas à criação de um adequado ambiente de trabalho em contexto de sala de aula, assim como limitações ao nível da linguagem oral, com implicações, negativas, nos processos de iniciação à leitura e à escrita.

Por outro lado, pela análise dos *planos de trabalho de turma* facultados, constata-se que, apesar de em alguns conselhos de turma ser feito o levantamento das disciplinas que contribuem para aprendizagens mais significativas de determinados conteúdos programáticos, não existem evidências de planeamento conjunto, com explicitação de estratégias, modalidades e instrumentos de avaliação a adotar, com vista a uma efetiva articulação curricular horizontal.

Para a contextualização do currículo concorrem algumas iniciativas previstas no plano anual de atividades, nomeadamente as visitas de estudo ao Parque Ambiental de Santa Margarida, à Barragem de Castelo de Bode, ao Santuário de Fátima e à Serra de Aire. Contudo, o respetivo planeamento não prevê quaisquer mecanismos de avaliação que possibilitem conhecer, de forma objetiva, as consequências das mesmas em termos de efetivas aprendizagens por parte dos alunos.

A deslocação dos alunos do 4.º ano à escola-sede no final do 3.º período, assim como a informação que é transmitida pelos docentes da educação pré-escolar e do 4.º ano, no final do ano letivo e no início do seguinte, sobre os percursos escolares e as dificuldades das crianças e dos alunos, tem-se revelado bastante pertinente para facilitar a integração destes no novo ciclo. Com este objetivo, afiguram-se igualmente relevantes outras iniciativas, que envolvem crianças e alunos, como acontece, por exemplo, com as atividades *Comemoração do Dia Mundial da Criança, Saber comer... saber viver!* ou *Cantar os Reis*. Apesar de não pressuporem um trabalho conjunto de gestão e de articulação curriculares e consequente planificação com intencionalidades específicas, em termos de aprendizagens, propiciam o

contacto com outros contextos educativos e com novos colegas, importantes na socialização e na promoção da autonomia.

As formas de colaboração entre os docentes ocorrem, sobretudo, nas reuniões de departamento curricular, de grupo de recrutamento, por disciplina e ciclo de ensino, para elaboração do planeamento a longo e médio prazo das atividades letivas, constituindo-se, igualmente, como espaços de partilha de práticas e de materiais. O facto de, nalguns casos, serem atribuídas a um único docente a generalidade das turmas existentes por disciplina e ano de escolaridade, inviabiliza a existência de um efetivo trabalho colaborativo entre docentes. Fica, assim, comprometida, a possibilidade de análise e reflexão conjunta sobre o trabalho desenvolvido e, conseqüentemente, a hipótese de melhoria dos respetivos processos de ensinar e fazer aprender.

PRÁTICAS DE ENSINO

As práticas de ensino desenvolvidas com os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente resultam de uma estreita articulação entre os docentes de educação especial, os educadores/professores, a psicóloga, os pais e encarregados de educação e os técnicos de diversas estruturas de apoio, nomeadamente a Equipa Local de Intervenção de Abrantes/Sardoal/Mação e o Centro de Recuperação e Integração de Abrantes. Contudo, apesar deste trabalho, constata-se que quando estes alunos frequentam, na sua turma de origem, disciplinas do currículo nacional, o trabalho que para eles é planificado e desenvolvido não é assegurado, de igual modo, por todos os docentes. Nestes casos, é posta em causa a promoção da igualdade de oportunidades para todos eles, pelo facto de não ser o mesmo o grau de inclusão que lhes é conferido.

Em sede de conselho de turma é feita a análise dos programas educativos individuais no sentido de avaliar a adequação das medidas aplicadas e, eventualmente, considerar a sua redefinição. Porém, as taxas de eficácia destes programas têm sido oscilantes no decurso do último triénio (91%; 97,4%; 80,4%), afastando-se, no último ano letivo, do expectável sucesso pleno. A formação integral dos alunos para os quais foi providenciado um plano individual de transição para a vida pós-escolar é um aspeto a destacar pela positiva, sendo propiciadas condições para o seu desenvolvimento vocacional e perspectivada a continuidade do seu percurso formativo.

Os docentes planeiam as atividades letivas a longo e a médio prazo, tendo em conta as orientações estabelecidas pelo conselho pedagógico. As planificações a curto prazo são elaboradas individualmente, não sendo, de um modo geral, objeto de análise por parte do grupo de recrutamento. O acompanhamento da prática letiva ocorre em sede de departamento curricular, cingindo-se, quase sempre, ao balanço do cumprimento das planificações e à análise dos resultados escolares. Todavia, a não existência de práticas generalizadas de supervisão das atividades letivas, em contexto de sala de aula, compromete a monitorização da eficácia do processo de ensino em termos de aprendizagens efetivas por parte de todos os alunos e a previsível melhoria dos resultados escolares. Descartam-se, igualmente, oportunidades de aprofundamento do saber profissional conjunto pelo facto de se inviabilizar, assim, a reflexão e o debate, inter pares, sobre a natureza e o fundamento da ação docente realizada e observada.

A atividade experimental nas disciplinas das ciências naturais e físico-químicas não é, em algumas turmas, concretizada com regularidade. Sublinhe-se, contudo, que para ultrapassar um dos pontos fracos constante do relatório da anterior avaliação externa, designadamente a “atividade experimental pouco desenvolvida, sobretudo no 1.º ciclo do ensino básico”, foi implementada, pela atual direção, uma atividade de enriquecimento curricular, *Ciência divertida*, no sentido de aproximar a curiosidade natural dos alunos ao conhecimento científico pela via da experimentação. Com este objetivo são, igualmente, realizadas visitas de estudo, constantes do plano anual de atividades, como, por exemplo, ao Centro Ciência Viva, em Coimbra.

O uso das tecnologias de informação e comunicação, em sala de aula, é particularmente utilizado pelos docentes na escola-sede. No entanto, o recurso a estas tecnologias não está a propiciar, na generalidade, aprendizagens mais ativas e motivadoras para os alunos. Com efeito, nalguns casos, assiste-se à mera reprodução do manual escolar ou à apresentação dos conteúdos programáticos, diluindo-se o papel do professor como promotor de atividades cognitivamente estimulantes e desafiadoras para os alunos, conducentes a aprendizagens significativas. Também as práticas de diferenciação pedagógica, nas aulas, evidentes, por exemplo, na organização de grupos de homogeneidade relativa ou na utilização de materiais ajustados, carecem de generalização de modo a responder cabalmente às necessidades e às especificidades das crianças e dos alunos.

A valorização da dimensão artística, particularmente ao nível da educação musical, constitui uma outra área de investimento: uma das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo é lecionada pela docente desta disciplina na escola-sede, que dinamiza, igualmente, o *Clube de Música*, para que esta área venha a consolidar-se nos ciclos de ensino subsequentes. O resultado do trabalho desenvolvido ao longo do ano é apresentado no *Concerto de Final de Ano*, que conta com a participação de alunos dos 1.º e 2.º ciclos.

A proficiência linguística e o contacto com outras culturas e costumes são promovidos através de projetos internacionais como o *eTwinning*, no âmbito do programa Comenius, e pela oferta do *Clube das Línguas*.

Na escola-sede, as estratégias de ensino têm vindo a incorporar os recursos disponibilizados pela biblioteca. Esta regista níveis elevados de utilização para estudo autónomo, para aulas e para diversas iniciativas de professores e alunos, detendo um papel importante no apoio ao desenvolvimento do currículo e na formação de leitores, neste último caso pela concretização de ações como *Encontro com escritores*; pela organização, em conjunto com a Biblioteca Municipal, da *Feira do Livro*; e pela dinamização do *Ateliê das Letras*, com atividades diversificadas de leitura e escrita. Na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, o gosto pela leitura é promovido não só por iniciativas da biblioteca, nomeadamente a disponibilização de *Caixas Viajantes*, com fundo documental a circular pelas salas/escolas do Agrupamento, mas também pela *Oficina da leitura*, outra das atividades de enriquecimento curricular dinamizada por docentes do departamento de línguas.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Os critérios gerais e específicos de avaliação, por disciplina, estão definidos, constituindo um referencial para o desenvolvimento deste processo. Contudo, não são visíveis no projeto educativo nem no *plano de estudos*.

A avaliação das aprendizagens ocorre com base em diversos instrumentos, como testes, tarefas de pesquisa, individuais ou em grupos, portefólios, grelhas de observação e trabalhos de casa. Alguns docentes cedem informação de retorno aos alunos sobre os seus desempenhos, mas esta prática carece de generalização e de sistematização, a fim de se assegurar a primazia da avaliação formativa e a sua efetiva articulação com a sumativa.

A fiabilidade e a validade do processo avaliativo são tidas em consideração. Refira-se a existência de práticas colaborativas de construção de matrizes e, nalguns casos, de testes comuns. No entanto, estas dinâmicas necessitam de difusão e de consolidação. Por outro lado, a definição de critérios específicos de correção dos instrumentos de avaliação e a análise conjunta das respetivas grelhas são aspetos que precisam, igualmente, de sistematização. A coerência interna do processo avaliativo, designadamente quanto à aferição de critérios e grau de exigência nos ensinamentos básico e secundário, apresenta margem para progressos no que respeita ao rigor, objetividade e normalização.

Os resultados académicos, internos e externos, de final de período e ano letivo, são objeto de análise em

sede de departamento curricular/grupo de recrutamento. Na sequência desse trabalho, foram implementadas, no ano letivo de 2013-2014, algumas medidas de promoção do sucesso escolar, nomeadamente a organização de salas de estudo, em todos os ciclos; as coadjuvações em sala de aula, no 4.º ano e no 3.º ciclo; e a criação da *Sala +*, na escola-sede, destinada a apoiar quer os alunos que apresentam dificuldades quer os que pretendam ir mais além nos seus conhecimentos. No 3.º período foram disponibilizadas aos alunos, nas disciplinas sujeitas a exame nacional, aulas suplementares.

De salientar que, apesar de no triénio 2010-2011 a 2012-2013, a determinação das taxas de sucesso dos alunos com apoios educativos não ter sido objeto de monitorização sistematizada, houve, no ano transato, essa iniciativa, fundamental para se poder fazer uma avaliação rigorosa da sua eficácia em termos de superação das fragilidades diagnosticadas e consequente sucesso escolar dos alunos que deles usufruíram. Assim, de acordo com o expresso no *relatório final de atividades 2013-2014*, as taxas de sucesso destes alunos, monitorizadas por ano e ciclo de escolaridade, foram, globalmente, bastante satisfatórias.

Os *planos de trabalho de turma* facultados, apesar de apresentarem, genericamente, uma estrutura comum e de organizarem a informação respeitante a cada um dos seus alunos, não se revelam instrumentos de monitorização interna do desenvolvimento do currículo por turma, não evidenciando, entre outros aspetos, uma articulação eficaz entre ensino e avaliação. Nos *planos* analisados, são inexistentes as consequências de uma avaliação formativa e integrada para a regulação, que diagnostique, atempadamente, as dificuldades dos alunos e conduza à definição e implementação de estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, com monitorização regular por parte do conselho de turma, de forma a avaliar a respetiva eficácia.

Com efeito, não existem evidências de que os pontos fracos explicitados nos itens *Identificação dos problemas globais da turma* e *Inferências da avaliação diagnóstica* tenham sido, pela via da avaliação, superados, não existindo, também, aspetos concretos de melhoria e de progressão do grupo/turma no decurso do ano letivo. A situação é idêntica na educação pré-escolar, constatando-se que, apesar das educadoras adequarem algumas práticas a partir da análise das informações recolhidas sobre as aprendizagens das crianças, a avaliação não se constitui, ainda, como um efetivo elemento regulador da prática educativa.

No âmbito da prevenção e da resolução dos casos de absentismo e de abandono escolar, é desenvolvido um trabalho colaborativo entre os elementos da direção, as coordenadoras de estabelecimento, os professores titulares/diretores de turma, os pais e encarregados de educação, em estreita parceria com instituições locais, como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a Câmara Municipal de Sardoal. Para além da criação de turmas com percursos curriculares alternativos, a disponibilização de uma oferta formativa que concilia as preferências dos alunos com os recursos disponíveis e as necessidades locais, perspetivando a sua futura integração no mercado de trabalho, concorre, também, para aquele objetivo.

Em suma, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas, o que justifica a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

A diretora, eleita há um ano, criou uma equipa bastante coesa e exerce uma liderança baseada em princípios de proximidade, de diálogo, de respeito pela diferença e de assertividade. As capacidades de gestão de conflitos, de partilha de competências e de responsabilidades, bem como de recetividade e

valorização dos contributos constituem, também, características que guiam a sua ação. Estes atributos têm sido geradores de um ambiente de motivação, de colaboração e de mobilização dos diferentes trabalhadores.

A valorização das lideranças intermédias também ocorre de forma positiva, no respeito pela sua autonomia e pelas suas iniciativas, no quadro das competências que lhes estão atribuídas. De salientar, o facto de os coordenadores de departamento curricular reunirem frequentemente com a diretora, o que fomenta a sua implicação nos processos de tomada de decisões. Quanto aos diretores de turma estão, no global, atentos aos problemas dos alunos e das famílias, diligenciando no sentido da respetiva resolução. Contudo, nem todos manifestam a mesma disponibilidade em os atender e ouvir quando necessitam.

O projeto educativo para o quadriénio 2013-2017 foi elaborado e aprovado durante a vigência da anterior direção. Expressa, de forma clara, a missão e os valores que norteiam a ação do Agrupamento. No entanto, apesar de ser um documento estruturante da ação educativa, não estão contemplados mecanismos que permitam a monitorização dos processos, de forma rigorosa e fiável, para que os objetivos delineados venham, efetivamente, a ser alcançados. São apresentadas metas finais; contudo, algumas delas, ainda que possam vir a ser atingidas, apenas indiretamente se relacionam e decorrem da qualidade do serviço educativo prestado pelo Agrupamento.

Não estão definidas prioridades, metas intermédias e ações a desenvolver nem os respetivos responsáveis, de modo a poder fazer-se, com propriedade, a regulação sistemática do trabalho desenvolvido, o que pode comprometer a identificação, atempada, de desvios e respetivas causas e o efetivo cumprimento da sua função educativa.

Existe, da parte da atual diretora e de alguns dos elementos que integram o conselho pedagógico, consciência destes constrangimentos. Tendo em conta que, conforme expresso no próprio documento, *a avaliação do mesmo é feita periodicamente, em ciclos de 2 a 4 anos*, perspetiva-se já para o próximo ano, a respetiva avaliação e consequente revisão, no sentido de o tornar um instrumento de efetiva orientação educativa para o Agrupamento.

O desafio que se coloca às lideranças prende-se com uma intervenção mais efetiva, criando mecanismos sistemáticos de monitorização dos processos e impulsionando a identificação de estratégias alternativas que produzam um impacto efetivo na melhoria dos resultados escolares.

No entendimento de que a escola constitui um bem da e para a comunidade, necessitando, por isso, do envolvimento e da colaboração de todos na prossecução dos objetivos educativos, a liderança da atual diretora tem estabelecido e consolidado parcerias e protocolos que contribuem para uma ação concertada na minimização e resolução dos problemas e na melhoria da prestação do serviço educativo. De entre os vários existentes destacam-se os estabelecidos com a Câmara Municipal de Sardoal, os Bombeiros Municipais, a Santa Casa da Misericórdia, o Centro de Saúde de Sardoal, a TagusValley, o Instituto Lev Vygotsky, o Instituto Politécnico de Tomar e empresas locais, entre outros.

Ainda neste âmbito, há que sublinhar o espírito de abertura e a disponibilidade permanente da direção relativamente à associação de pais e encarregados de educação, que reconhecem no Agrupamento, sob a tutela da atual diretora, um parceiro disponível para aceitar as suas propostas e colaborar em iniciativas por ela implementadas, a bem da formação integral dos seus educandos.

GESTÃO

A gestão dos recursos humanos é efetuada pela diretora, e pela sua equipa, tendo em conta o perfil dos trabalhadores, a valorização das suas competências pessoais e profissionais e a sua corresponsabilização na melhoria do serviço a prestar.

A distribuição de serviço e de cargos aos docentes é feita de acordo com o estipulado nos documentos estruturantes do Agrupamento, atendendo, sempre que possível, às sugestões das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, o que cria um ambiente de trabalho positivo e produtivo. Foram igualmente tidas em consideração as deliberações constantes do *relatório final de atividades 2013-2014*, a partir dos resultados da avaliação das atividades e do trabalho desenvolvido. Assim, por exemplo, as horas da componente não letiva foram distribuídas de acordo com a especificidade dos cargos atribuídos (cargos pedagógicos, equipas/comissões de trabalho e atividades de enriquecimento do currículo) e das tarefas inerentes ao desempenho de cada um deles.

O respeito pelos princípios enunciados preside, igualmente, à atribuição de serviço aos assistentes, técnicos e operacionais, rentabilizando-se as suas aptidões e preparação específica para determinadas funções. A partilha de conhecimentos e experiências entre pares agiliza a redistribuição de tarefas, no quotidiano, e contribui para um incremento na melhoria da qualidade do serviço prestado à comunidade.

O Agrupamento tem definido um plano de formação, o que promove o desenvolvimento pessoal e profissional do pessoal docente e não docente. De salientar que a maioria das ações de formação desenvolvidas (para pessoal docente, não docente, comunidade escolar) tem sido assegurada por recursos humanos internos. A formação acreditada é planificada anualmente, em articulação com o Centro de Formação A23; para o pessoal não docente, é desenvolvida com a Câmara Municipal de Sardoal. Relativamente aos assistentes técnicos, a oferta de ações tem recaído, sobretudo, na utilização de programas informáticos.

Os circuitos de informação e comunicação interna e externa revelam alguma eficácia, ainda que, em algumas unidades educativas, apesar do esforço desenvolvido pelo Agrupamento no sentido da melhoria, se mantenham problemas com a rede informática por constrangimentos técnicos. Tal facto não impede, contudo, que a informação necessária chegue a todas elas, através de outros meios de comunicação. O recurso ao correio eletrónico agiliza a circulação dos dados, mas carece de maior utilização por parte do pessoal não docente. De sublinhar a criação, recente, do jornal escolar, *Escola conVida*, com a participação de todas as crianças e alunos, e que se constitui como instrumento de divulgação do trabalho realizado.

Saliente-se, ainda, que a boa gestão dos espaços e dos equipamentos, aliada ao sentido de pertença e de identificação com o Agrupamento por parte da comunidade escolar, particularmente impulsionado pela atual diretora, tem permitido minimizar os constrangimentos causados pela degradação dos espaços físicos da escola-sede e de alguns jardins de infância e escolas que aguardam obras de remodelação e beneficiação.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

Conforme era já referido no relatório da anterior avaliação externa, o Agrupamento desenvolve, há vários anos, um processo de autoavaliação assente na recolha de informação através de diversas fontes (aplicação de questionários, análise de atas e relatórios, recolha de dados junto dos serviços administrativos e tratamento estatístico dos resultados dos alunos), que lhe permite fazer um diagnóstico pormenorizado e que abrange as diferentes dimensões da organização escolar. Apesar da constituição da equipa de autoavaliação ter vindo a ser alterada, sendo atualmente constituída apenas por três docentes, anualmente é produzido um relatório que é analisado nos diversos órgãos e estruturas.

A partir das fragilidades detetadas, têm vindo a ser implementadas ações, com impacto no funcionamento de algumas áreas e serviços. Contudo, ao não serem identificados os fatores determinantes do insucesso escolar intrínsecos à prestação do serviço educativo, a elaboração de planos de melhoria não tem tido o desejável impacto nos resultados académicos dos alunos.

O trabalho desenvolvido no passado ano letivo incidiu sobre o grau de cumprimento das metas do projeto educativo e sobre os resultados escolares dos alunos. Decorrente das recomendações constantes do relatório, foram implementadas medidas estratégicas ao nível da gestão e elaborados *planos de ação de melhoria* por departamento curricular ou por disciplina. A definição clara e objetiva das estratégias previstas e a monitorização e avaliação pormenorizada dos *planos* em curso, bem como o alargamento do processo de autoavaliação às práticas de ensino em sala de aula, surgem como um trabalho a intensificar, de forma a promover a eficácia do serviço educativo prestado e um efetivo impacto nas aprendizagens dos alunos.

Reconhece-se que a experiência adquirida, aliada ao processo de avaliação externa, perspetiva a melhoria e abrangência do processo de autoavaliação que permitirá sustentar o progresso do Agrupamento.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas, o que justifica a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- Aposta no desenvolvimento da formação pessoal e social dos alunos, com reflexos na criação de um ambiente educativo propício ao progresso das aprendizagens;
- Diversidade de iniciativas destinadas a valorizar os sucessos e as potencialidades das crianças e dos alunos, promotora do desenvolvimento da sua autoestima;
- Consolidação das estratégias com impacto positivo na prevenção e na resolução dos casos de absentismo e de abandono escolar;
- Exercício, pela diretora, de uma liderança de proximidade e de envolvimento dos vários intervenientes educativos, com boas repercussões na capacidade de mobilização e na qualidade do ambiente de trabalho;
- Firmação de uma rede de parcerias consistente, envolvendo a comunidade educativa, com impacto na qualidade do serviço prestado.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Reflexão em torno do insucesso escolar de modo a que sejam claramente identificadas as suas causas e implementadas as estratégias mais adequadas, com vista a uma melhoria significativa e consistente dos resultados, em especial nas disciplinas de matemática e de português;
- Reforço da reflexão e análise, intencional e estratégica, da gestão das orientações curriculares e do currículo, entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo e entre este e o 2.º ciclo, de modo a promover uma efetiva articulação vertical do currículo e conseqüente melhoria das aprendizagens nos níveis de ensino subseqüentes;

- Generalização de práticas de diferenciação pedagógica em sala de aula e de metodologias de ensino mais ativas, com vista a um maior envolvimento dos alunos na construção das suas aprendizagens e à melhoria dos resultados académicos;
- Assunção de procedimentos generalizados de supervisão da prática letiva em contexto de sala de aula, enquanto estratégia de desenvolvimento profissional e contributo para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem;
- Desenvolvimento de práticas de avaliação formativa que diagnostiquem, atempadamente, as reais dificuldades dos alunos e regulem a eficácia das estratégias de ensino e aprendizagem utilizadas, de modo a refletir-se favoravelmente nos seus desempenhos em termos de avaliação sumativa;
- Generalização dos processos de aferição de critérios e instrumentos de avaliação, para garantir a confiança nas classificações internas atribuídas;
- Consolidação do processo de autoavaliação, de forma a atingir-se a sustentabilidade do desenvolvimento do Agrupamento.

06-07-2015

P'A Equipa de Avaliação Externa: Maria de Fátima Galveias e Marisa Janino Nunes

Concordo. À consideração do Senhor
Secretário de Estado do Ensino e da
Administração Escolar, para homologação.
O Inspetor-Geral da Educação e Ciência

Homologo.
O Secretário de Estado do Ensino e da
Administração Escolar